

REF: Recurso da empresa AEROTRI AEROFOTOGRAMETRIA E CARTOGRAFIA LTDA-ME, inscrita no CNPJ: 08.748.599/0001-58

À Comissão Permanente de Licitação,

Sobre o recurso apresentado pela empresa **AEROTRI AEROFOTOGRAMETRIA E CARTOGRAFIA LTDA-ME**, que considera imperfeita a habilitação da empresa **TUCUJUS AMBIENTAL E MONITORAMENTO EIRELI – ME**.

I – DAS RAZÕES DO RECURSO

A empresa recorrente contesta, resumidamente:

- A qualificação técnica da empresa **TUCUJUS AMBIENTAL E MONITORAMENTO EIRELI – ME**;

- O preço inexequível da empresa **TUCUJUS AMBIENTAL E MONITORAMENTO EIRELI – ME**.

II – DA ANÁLISE DAS RAZÕES APRESENTADAS

Preliminarmente, informamos que a análise que será elaborada aqui versa única e exclusivamente sobre a qualificação técnica do referido certame.

Em atenção a peça recursal em tela, vejamos.

A recorrente alega possível desrespeito ao item 5.1.1 do instrumento convocatório, vejamos:

5.1.1.3.A Comprovação da capacidade técnico-operacional da licitante, através de atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou

privado, que comprove possuir aptidão para a execução dos serviços iguais ou semelhantes ao requerido por este documento

À vista disso, devemos pontuar o seguinte:

Ao analisar a Lei 13.303/16, temos em seu artigo 58 os parâmetros a serem seguidos no que tange as exigências de habilitação.

Art. 58. A habilitação será apreciada exclusivamente a partir dos seguintes parâmetros:

(...)

II - qualificação técnica, restrita a parcelas do objeto técnico ou economicamente relevantes, de acordo com parâmetros estabelecidos de forma expressa no instrumento convocatório;

Muito embora o supramencionado artigo não traga uma definição elaborada sobre a qualificação técnica, podemos utilizar subsidiariamente os entendimentos elencados pela Lei nº 8.666/93, especificamente o artigo 30, II que entre outros aspectos, estabeleceu que a Administração deverá analisar a qualificação técnica dos licitantes, com o objetivo de aferir se a mesma detém conhecimento, experiência tanto na parte técnica quanto na parte humana, que sejam consideradas suficientes para satisfazer o contrato a ser celebrado, senão vejamos:

“Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização



do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso. ”

Considerando os recentes posicionamentos, para além das regras mencionadas na legislação, temos também os ditames trazidos pelo Tribunal de Contas da União:

“É obrigatório o estabelecimento de parâmetros objetivos para análise da comprovação (atestados de capacidade técnico-operacional) de que a licitante já tenha fornecido bens pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação (art. 30, inciso II, da Lei 8.666/1993). (Acórdão 914/2019: Plenário, relator: Ana Arraes). ”

Assim sendo, quando tratamos da capacidade técnica, devemos considerar que os requisitos devem ser especificamente atrelados ao objeto da contratação, de maneira a atender plenamente a necessidade da Administração, evitando restrições através de exigência de comprovação de experiência anterior em condições idênticas ao objeto ou serviço que será contratado.

Estabelecer que as participantes tenham executado serviços idênticos ao que pretendemos contratar seria uma afronta não só a legislação, mas também ao entendimento de diversos tribunais, vejamos o TRF 4ª Região na AC nº 5019145-37.2012.404.7000[2]:

“Inexistindo tal exigência e, muito menos, a necessária correlação entre a habilitação especial e os serviços a serem desempenhados pela vencedora, não cabe ao



intérprete ampliar exigências ao seu talante, assim como não cabe aos demais licitantes buscar exigências maiores do que as devidas, até porque, visando a **licitação** a maior participação possível em homenagem ao princípio da concorrência, as restrições à participação devem se conter em estritos limites”.

No caso concreto, foi devidamente comprovado com diversos atestados de capacidade técnica que a empresa **TUCUJUS AMBIENTAL E MONITORAMENTO EIRELI – ME** realizou serviços de aerofotogrametria, ou seja, perfeitamente adequado a contratação pretendida, muito embora a contratação pretendida tenha suas peculiaridades descritas no instrumento convocatório. Não podemos esquecer que as obrigações contratuais foram devidamente expostas e todas as participantes atestaram ciência sobre.

Quanto a alegação de preço inexequível da empresa **TUCUJUS AMBIENTAL E MONITORAMENTO EIRELI – ME**.

Ciente da queda em relação ao valor base para a contratação, foi enviado como forma de comprovação dos valores ofertados uma série de documentos para verificação de valores e serviços; foram analisados contratos e notas fiscais, onde ficou comprovado que os valores ofertados são usuais pela recorrida.

Ao analisar as posições das cortes de contas, resta evidenciado que antes de declarar a inexequibilidade das propostas, a administração deve realizar diligências, exatamente nos moldes praticados por esta Diretoria.

Sobre o tema temos a posição do TCU, que se manifestou através a Súmula 262, Vejamos:

SÚMULA Nº 262 – O critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas “a” e “b”, da Lei nº 8.666/93 conduz a uma presunção relativa de inexequibilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade

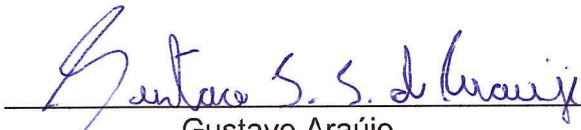


de demonstrar a exequibilidade da sua proposta. (grifo
nosso)

III – CONCLUSÃO

Analisando as razões recursais assim como a contrarrazão encaminhada, esta Diretoria indica o **INDEFERIMENTO** do presente recurso de acordo com os fundamentos expostos.

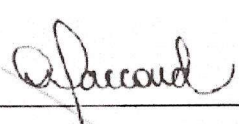
Maricá – RJ, 24 de agosto de 2023.



Gustavo Araújo
Superintendente de Planejamento
Matrícula 591

Ronaldo Correia da Silva
Assessor Especial – Áreas Públicas
Matrícula nº 25

De acordo:



Cristiane Vieira Jaccoud do Carmo Azevedo
Diretora de Planejamento
Matrícula nº571

CRISTIANE VIEIRA
JACCOUD DO CARMO
AZEVEDO:07602921755

Assinado de forma digital por
CRISTIANE VIEIRA JACCOUD DO
CARMO AZEVEDO:07602921755
Dados: 2023.08.24 10:59:18 -03'00'